



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006104-71.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **Silas Silva Guirra**
 Requerido: **Banco Bradesco Cartões**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter sido inserido perante órgãos de proteção ao crédito pelo réu em decorrência de dívida a seu cargo.

Alegou ainda que pagou parcialmente o débito com a garantia de que a negativação seria retirada, o que não aconteceu.

Almeja ao recebimento de indenização para reparação dos danos morais que suportou.

O réu em contestação confirmou a existência da dívida do autor atinente ao uso de cartão de crédito, assinalando que ela está em aberto desde 2010.

Impugnou os pagamentos aludidos a fl. 01, além de voltar-se contra os documentos que lhe serviriam de lastro.

Instado a manifestar-se a esse propósito, o autor limitou-se a reiterar os termos da inicial (fl. 53).

Assim posta a questão debatida, reputo que a pretensão deduzida não pode prosperar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Com efeito, os documentos de fls. 02/03 consistem em pagamentos de dívida relativa a carnê da Casa Bahia Comercial Ltda, inexistindo neles menção alguma sequer ao nome do réu.

Da mesma forma, não se vislumbra qualquer ligação entre tais documentos e a dívida confessada pelo autor.

O quadro delineado impõe a conclusão de que a propalada quitação do autor, mesmo que parcial, não está respaldada nos autos, de modo que se mantém como hígida a inscrição dele perante órgãos de proteção ao crédito.

Não se vislumbra, portanto, a prática de ato ilícito pelo réu que rendesse ensejo a dano moral passível de ressarcimento ao autor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Torno sem efeito a decisão de fls. 05/06, comunicando-se.

P.R.I.

São Carlos, 29 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**